
A revolução chinesa e o problema das revoluções nos países ditos coloniais ou semicoloniais (1924-1927)

PRADO, Carlos¹

Resumo: Em 1924 a Internacional Comunista indicou que o Partido Comunista Chinês deveria estreitar relações com a burguesia anti-imperialista reunida no Kuomintang. Esta política gerou resistência e os comunistas chineses se empenharam na tentativa de impedir que o partido fosse absorvido pela organização burguesa. O “aprisionamento” dos comunistas ao Kuomintang foi justificada por Stalin por meio da teoria da “revolução em etapas”, a qual afirmava que nos países coloniais, a revolução tinha um caráter anti-imperialista e democrático, tendo a burguesia nacional como aliada. Por sua vez, Trotski afirmou que a concepção etapista se baseava em uma análise equivocada de que a China não reunia as condições objetivas e subjetivas para a revolução socialista. O objetivo do presente artigo é descrever o processo revolucionário chinês entre 1924-1927 e os (limitados) debates que ocorreram no interior do Partido Bolchevique.

Palavras-chave: Revolução Chinesa; Kuomintang; Stalin; Trotski.

The Chinese revolution and the problem of revolutions in so-called colonial or semi-colonial countries(1924-1927)

Abstract: In 1924 the Communist Internacional that the Chinese Communist Party should close relations with the anti-imperialist bourgeoisie gathered in the Kuomintang. This policy generated resistance and the Chinese Communists engaged in the attempt to prevent the party from being absorbed into the bourgeois organization. The “imprisonment” of the Communists in the Kuomintang was justified by Stalin through the theory of the “revolution in stages”, which affirmed that in the colonial countries, the revolution had an anti-imperialist and democratic character, with the national bourgeoisie as an ally. Trotsky, on the other hand, asserted that the etapist conception was based on an erroneous analysis that China did not meet the objective and subjective conditions for the socialist revolution. The purpose of this article is to describe the Chinese revolutionary process between 1924-1927 and the debates (limited) that took place within the Bolshevik Party.

Keywords: Chinese Revolution; Kuomintang; Stalin; Trotsky.

O problema em torno das revoluções nos países ditos coloniais ou semicoloniais foi abordado no II Congresso da Internacional Comunista (IC), em 1920. Nesta ocasião, o tema teve Lenin e o indiano Manabendra Nath Roy² como os principais debatedores. Posteriormente, a partir de 1924, ao fomentar a discussão

¹ Professor Doutor do curso de História da FACH-UFMS. E-mail: carlosprado1985@hotmail.com <<https://orcid.org/0000-0001-9260-6517>>

² “Manabendra Nath Roy, nascido Narendra Nath Bhattachary, é um ex-nacionalista e terrorista, que trabalhou com o governo alemão durante a guerra, depois passou um tempo nos EUA. Refugiado no México depois de uma prisão, ele se liga aos rebeldes apelidados de *slackers*, que serão o núcleo comunista neste país”. (BROUÉ, 2007, p. 343).

sobre a caracterização da estrutura econômica e social dos países de capitalismo atrasado, a revolução chinesa recolocou a “questão colonial” em pauta. O caráter da revolução, a análise da natureza da burguesia nacional nestes países coloniais e semicoloniais eram questões urgentes e necessárias para se traçar a melhor tática de luta para os comunistas chineses.

Neste cenário, a IC afirmou que a China não reunia condições objetivas e subjetivas para uma revolução socialista, devendo limitar sua tática à luta por uma revolução de caráter burguês, nacionalista, antifeudal e anti-imperialista, de libertação nacional. Tratou-se de uma recuperação da teoria menchevique da “revolução em etapas”. Tal interpretação, subestimava o desenvolvimento do capitalismo chinês e das forças do proletariado, destacando que os comunistas deveriam apresentar-se como força auxiliar, ingressando no partido burguês nacional, o Kuomintang.

Trotsky, por sua vez, levantou uma série de críticas e denunciou que a IC atrelava de forma subalterna o Partido Comunista Chinês às forças burguesas. Em suas críticas à interpretação de Stalin sobre a luta dos chineses e a postura de submissão ao Kuomintang, Trotsky argumentou em favor dos pressupostos da “Revolução Permanente”, recolocando o conflito entre capital e trabalho no centro da luta e destacando a classe operária como único agente revolucionário capaz de realizar as tarefas propriamente socialistas.

O objetivo do presente artigo é descrever o processo revolucionário chinês entre 1925-1927 e os limitados debates que ocorreram no interior do Partido Bolchevique neste período. Dessa forma, num primeiro momento apresenta-se uma breve contextualização sobre o desenvolvimento histórico chinês a partir de 1910, destacando o surgimento do Kuomintang como partido nacional-burguês e a tática da IC em estabelecer alianças. Nesse ínterim, destacam-se as interpretações conflitantes de Stalin e de Trotsky sobre o caráter da Revolução Chinesa.

A COMINTER E A ALIANÇA COM A BURGUESIA NACIONAL

Até o início da década de 1910, a China era dominada pela dinastia Manchu. Todavia, em 1911, após uma série de revoltas as ideias republicanas e liberais se impuseram a partir da liderança de Sun Yat-sen, que com o fim do Império passou a ocupar o cargo de presidente provisório da recém-criada República Chinesa. Não obstante, sua orientação nacionalista não agradou as potências internacionais e

diante de uma pressão econômica, ele foi deposto e substituído por Yuan Shikai, que conciliava com os interesses do capital internacional e já havia sido primeiro ministro da dinastia Manchu. Em 1915, contando com o apoio externo, especialmente do Japão, Yuan Shikai se autoproclamou imperador da China. Mas sua manobra não foi bem-sucedida e diante várias revoltas, renunciou. Por conseguinte, a República Chinesa foi fragmentada por “senhores da guerra”. Foi nesse cenário de instabilidade e fragmentação que Sun Yat-sen criou o Kuomintang (Partido Nacional do Povo), com o objetivo de restaurar a República democrática-burguesa e reunificar a China.

A indústria chinesa começou a se desenvolver nas primeiras décadas do século XX, a partir da ampliação do capital internacional, especialmente o inglês. Em 1922 havia mais de 2 milhões de operários industriais reunidos nas cidades de Xangai e Wuhan. E foi nesse cenário de desenvolvimento urbano que as ideias marxistas começaram a se difundir. Chen Tu-hsiu, professor da Universidade de Pequim, foi o principal propagandista e estudioso do tema. Foi em torno dele que se aglutinou o grupo que em 1921 se constituiu no Partido Comunista Chinês (PCC).

Desde o II Congresso da IC, a chamada “questão colonial” era objeto de debates. A luta anti-imperialista no Oriente, especialmente na China e na Índia, se apresentava como um tema importante, constituindo uma espécie de “reserva estratégica” para a revolução no Ocidente desenvolvido. As teses de Lenin e Roy apontavam que as chamadas colônias e semicolônias eram um elo importante no cenário imperialista mundial e que as lutas de libertação desses povos podiam influenciar diretamente a luta no centro do capitalismo.

A partir de 1924, a IC indicou que os comunistas chineses deveriam estreitar relações com a pequena-burguesia anti-imperialista reunida no Kuomintang, para que assim se pudesse fortalecer o movimento de emancipação nacional.³Chen Tu-hsiu percebia a necessidade de estabelecer aliança com o Kuomintang, mas de

³Discursando na assembleia de estudantes da Universidade Comunista dos Trabalhadores do Oriente, em 18 de maio de 1925, Stalin defendeu a aliança dos comunistas chineses à pequena-burguesia do Kuomintang: “Em países como o Egito ou a China, em que a burguesia nacional já se dividiu em partido revolucionário e partido conciliador, mas em que a parte conciliadora da burguesia ainda não se pode unir ao imperialismo, os comunistas já não podem propor-se o objetivo da criação de uma frente única nacional contra o imperialismo. Nesses países, os comunistas têm de passar da política de frente única nacional para a política do bloco revolucionário dos operários e da pequena-burguesia. Esse bloco pode assumir, nesses países, a forma do Kuomintang, (...) Desmascaramento do caráter indeciso e da inconsequência da burguesia nacional e luta decidida contra o imperialismo: tais são as tarefas desse bloco”. (STALIN, 1925)

acordo com Deutscher (2005, p. 376-377), via com desconfiança as orientações da Internacional que buscava colocar o PC Chinês a reboque da organização burguesa. O líder comunista temia que o partido perdesse sua autonomia e capacidade de crítica, desaparecendo enquanto organização independente:

A razão principal de nossa oposição é a seguinte: Entrar no Kuomintang seria introduzir a confusão na organização de classe, entravar nossa política e se subordinar a ela. O delegado da IC diz textualmente: “O período atual é um período em que os comunistas devem efetuar um trabalho de cules para o Kuomintang”. A partir deste momento, o partido não seria mais um partido do proletariado, ele se transformaria na extrema esquerda da burguesia e começaria a degradingolar no oportunismo. (TU-HSIU *Apud* Broué, 2007, p. 532).

Por sua vez, Sun Yat-sen, liderança do Kuomintang, buscava uma aproximação com Moscou e com os comunistas chineses, pois os consideravam importantes aliados na luta contra as potências ocidentais. Ele percebeu que essa aproximação era importante para aproximar a frágil burguesia do movimento operário. Chan (2009) argumenta que: “O próprio fato de que o Kuomintang era compelido a aliar-se ao PCC refletia a fraqueza orgânica da burguesia. O oportunismo de Stalin permitiu que os líderes do Kuomintang aparecessem às massas como “revolucionários” e “socialistas””. Contudo, Sun Yat-sen pensava que esta aliança se formaria a partir da submissão dos comunistas a sua autoridade e liderança. Nestes termos, os comunistas deveriam renunciar ao direito de criticar abertamente a organização e se manterem disciplinados diante das orientações das lideranças burguesas. Esses termos não agradavam Chen Tu-hsiu, mas a insistência da IC para que aceitasse as condições culminou na formação da aliança em 1924.

STALIN REAFIRMA E JUSTIFICA A POLÍTICA DE ALIANÇAS

Broué destacou que a adesão ao Kuomintang gerou bastante resistência entre os comunistas chineses. Chen Tu-hsiu se empenhou na tentativa de impedir que o partido fosse absorvido pela organização burguesa. Em julho de 1924, retornando de um encontro em Moscou ele escreveu: “Eu lhe disse que nós não aprovamos a orientação atual de nosso partido, expliquei-lhe que não compreendemos porque nosso partido estima que é indispensável investir todas as suas forças vivas nas atividades do Kuomintang” (SHUZHUI *Apud* Broué, 2007, p. 535).

Durante a década de 1920 foi crescendo a influência dos comunistas nos sindicatos chineses. O trabalho de base nas fábricas impulsionava a luta da classe trabalhadora a partir de mobilizações e greves. Em maio de 1925, durante uma greve em uma fábrica japonesa em Xangai, a repressão assassinou um trabalhador, o que inflamou os operários e impulsionou uma série de ações contra as empresas estrangeiras. Quando centenas de trabalhadores e estudantes protestavam em frente a uma delegacia, exigindo liberdade aos operários que haviam sido presos, a polícia britânica reagiu, matando 12 manifestantes e ferindo dezenas.

Este ataque ficou conhecido como “incidente de 30 de maio” e incitou os trabalhadores às manifestações. Nas semanas seguintes se desencadearam inúmeras greves, mobilizando mais de 400 mil trabalhadores. A onda de greves promoveu uma sindicalização em massa que resultou na constituição de um Sindicato Geral. Os meses de luta ampliaram a organização e aumentou a confiança dos trabalhadores. Os comunistas estiveram na linha de frente deste movimento e expandiram sua influência. De acordo com Broué: “um fator político novo é a existência de um sindicato geral, reagrupando mais de um milhão de trabalhadores, aproximadamente a metade dos trabalhadores chineses e um partido comunista que passou, em alguns meses, de 900 para 20 mil membros” (BROUÉ, 2007, p. 538). Os comunistas chineses perceberam a possibilidade de se desencadear uma crise revolucionária e propuseram à IC o rompimento com o Kuomintang para que pudesse impulsionar o movimento.

Em meio a essa ascensão da luta dos trabalhadores e do movimento anti-imperialista, o Kuomintang passou por uma importante mudança. Sua principal liderança, Sun Yat-senhavia falecido meses antes devido a uma enfermidade, o que proporcionou a ascensão de Chiang Kai-shek como nova liderança. Uma vez no poder, o general começou uma série de ações contra a classe operária.⁴ Ele não via com bons olhos o crescimento da influência comunista e temia a eclosão de uma guerra civil. Assim, entrou em contato com a IC que prontamente aceitou sua estratégia conciliadora e orientou aos comunistas que recuassem. Bukharin e Stalin não desejavam que a aliança soviética com a pequena-burguesia fosse

⁴ “Depois da morte de Sun Yat-sen, em março de 1925, a hostilidade da burguesia chinesa contra a classe trabalhadora se expressou claramente na ascensão política de Chiang Kai-shek. Filho de um comerciante rico, Chiang tinha ligações com banqueiros e comerciantes de Xangai. Diferente de Sun, Chiang não era intelectual. Havia passado seus anos de juventude entre os gangsters, assassinos e ladrões de Xangai, que mais tarde se tornariam sua tropa de choque contra a classe trabalhadora”. (CHAN, 2009).

interrompida. “Moscou insistiu então com Chen Tu-hsiu e seu Comitê Central para que se abstivessem de luta de classe contra a burguesia “patriótica””. (DEUTSCHER, 2005, p. 379).

O “aprisionamento” dos comunistas chineses ao Kuomintang e a persistente conciliação com a burguesia precisava ser justificada. “Era preciso uma “teoria” para justificar uma política suicida. Ela não poderia ser formulada senão sob a forma de um dogma” (BROUÉ, 2007, p.542). Este eminente recuo precisava ser explicado no plano teórico. O stalinismo invocou a velha teoria da “revolução em etapas” de Plekhanov e dos mencheviques.

Para a IC existia uma grande diferença entre o processo revolucionário em países desenvolvidos e os países coloniais ou dependentes. Os primeiros eram imperialistas, enquanto os segundos eram vítimas do expansionismo do capital financeiro internacional. De acordo com Stalin (1927c) era preciso:

(...) estabelecer uma rigorosa *diferença* entre a revolução nos países imperialistas, nos países que oprimem outros povos, e a revolução nos países coloniais e dependentes, nos países que suportam a opressão imperialista de outros Estados. A revolução nos países imperialistas é uma coisa: neles, a burguesia é a opressora de outros povos; neles, a burguesia é contrarrevolucionária em todas as etapas da revolução; neles, falta o fator nacional como fator da luta emancipadora. A revolução nos países coloniais e dependentes é outra coisa: neles, a opressão imperialista de outros Estados é um dos fatores da revolução; neles, essa opressão não pode deixar de afetar também a burguesia nacional; neles, em determinada etapa e durante determinado período, a burguesia nacional pode apoiar o movimento revolucionário de seu país contra o imperialismo; neles, o fator nacional, como fator da luta pela emancipação, é um fator da revolução.

Nessa perspectiva, entendia-se que nos países de capitalismo atrasado era preciso que primeiro se realizasse uma revolução de caráter nacional e democrática, efetivamente burguesa, na qual o proletariado deveria se aliar às forças da burguesia progressista. Logo, a China, um país predominantemente agrário, ainda preso aos seus resquícios feudais, não tinha condições de alcançar objetivos socialistas.

Dentro desta lógica, o Kuomintang desempenhava um papel revolucionário ao se posicionar contra as potências ocidentais e, por conseguinte, aos comunistas cabia a manutenção da unidade dentro da organização. A limitação às premissas burguesas levou os comunistas a se aliarem e a se submeterem aos ditames da burguesia nacional chinesa, bloqueando a possibilidade de se fundir em um único

movimento a revolução burguesa e a socialista sob a direção da classe operária, como havia ocorrido na própria Rússia:

Pela primeira vez, à luz do dia, o regime burocrático sabotava um gigantesco movimento revolucionário, porque seus próprios interesses, conflitantes com os do proletariado internacional, o obrigavam a isso. Uma revolução de operários e camponeses chineses, triunfante graças ao apoio da URSS, teria criado um conflito com as potências imperialistas. Ora o Bureau não queria mais encrencas. (SERGE, 1974, p. 1125).

Os efeitos desta orientação equivocada se revelaram em 20 de março de 1926, quando Chiang Kai-shek deu sua primeira guinada anti-comunista. Ele afastou todos aqueles que ocupavam cargos no quartel-general do Kuomintang e adotou uma série de condições que, de maneira geral, retirou qualquer autonomia, submetendo os comunistas a sua direção.⁵ Chen Tu-hsiu percebeu que já havia chegado o momento de romper com a burguesia anti-imperialista e trilhar o caminho da independência. Mais uma vez, os representantes da IC vetaram o fim da aliança. Além disso, durante meses a IC tentou esconder o golpe de Chiang Kai-shek. A imprensa em Moscou não noticiou os acontecimentos e quando estes eventos vieram à tona tentou-se desmentir e justificar.

Em julho de 1926, quando Chiang Kai-shek iniciou a marcha em direção ao norte houve um novo estímulo ao movimento revolucionário nacional. Por onde os soldados avançavam, trabalhadores urbanos e camponeses se levantavam e, mais uma vez, o Partido Comunista estava à frente dos sindicatos e de outras organizações. Com uma agitação revolucionária conseguiram a adesão da massa nas cidades e vilas libertadas. Todavia, o Kuomintang buscava restringir o processo aos limites burgueses e atuou para conter o ímpeto dos comunistas.

Assim, o triunfo de Chiang Kai-shek foi acompanhado da declaração da lei marcial que proibiu toda greve e fechou sindicatos. Novamente, diante da perseguição, Chen Tu-hsiu relatou os acontecimentos à IC e solicitou uma autorização para se afastar do Kuomintang. Pela terceira vez, em nome da unidade

⁵ Broué (2007, p.540) apresenta uma interessante descrição desse processo: “Em 15 de maio, uma sessão plenária do Executivo do Guomindang, cujos elementos de sua direita vieram de toda China, aceita as novas condições ditadas aos comunistas pelo general Chiang Kai-shek. Eles vêem proibidas “críticas e dúvidas” sobre os princípios de Sun Yat-sen. O PC deveria enviar a lista de todos os seus membros que participavam também do kuomintang. Os comunistas não poderiam ser mais que 33% nos comitês municipais, ou provinciais, e no Comitê Central do kuomintang. Eles não deveriam mais exercer funções na direção dos departamentos do partido e do governo. Por outro lado, os membros do kuomintang são proibidos de aderir a um outro partido, isto é, ao Partido Comunista, sem serem, *ipso facto*, expulsos do kuomintang. As diretivas da IC, assim como as instruções do CC a seus próprios militantes, deveriam ser submetidas a uma comissão paritária especial do kuomintang em que estariam presentes os elementos mais determinados da direita”.

da frente anti-imperialista, o seu pedido foi negado. Em 30 de novembro de 1926, em um discurso pronunciado na Comissão Chinesa do Comitê Executivo da Internacional Comunista, Stalin reafirmou que o dever dos comunistas era permanecer fiéis à organização:

A revolução chinesa, sendo uma revolução democrática burguesa, é ao mesmo tempo uma revolução nacional-libertadora, que dirige sua arma contra a dominação do imperialismo estrangeiro na China. (...) Daí decorre a tarefa dos comunistas da China na questão da atitude para com o Kuomintang e para com o futuro poder revolucionário na China. Dizem que os comunistas chineses devem sair do Kuomintang. Isto é errôneo, camaradas. Seria o erro mais profundo os comunistas chineses saírem do Kuomintang, atualmente. Toda a marcha da revolução chinesa, seu caráter, suas perspectivas, mostra sem dúvida que os comunistas chineses devem permanecer no Kuomintang e, aí, reforçar seu trabalho. (STALIN, 1926).

Já no início de 1927, ocorreu uma nova investida de Chiang Kai-shek contra os comunistas. Dessa vez, o cenário foi Xangai, cidade que tinha um excepcional papel econômico e político. Era lá que estavam instaladas as principais indústrias do país e onde o capitalismo e os homens de negócios da burguesia nacional e internacional se encontravam. Xangai também era a centro do movimento operário. Era a fortaleza dos comunistas, onde tinham conseguido penetrar de forma mais profunda entre as massas trabalhadoras. Broué aponta que “Xangai é o centro de todas as manobras e intrigas. Todos os homens que fazem diferença no meio econômico e político chinês – exceção feita aos distantes senhores da guerra – estão lá” (BROUÉ, 2007, p. 544).

Antes das tropas de Chiang Kai-shek chegaram, os trabalhadores estavam no comando da cidade. Os comunistas, liderados por Peng Shuzhi viam nessa ação o amadurecimento da crise revolucionária e a chance de, sob a liderança da classe operária, levar a revolução adiante, para além dos limites burgueses. Mais uma vez, a IC não permitiu que o PC Chinês rompesse com o Kuomintang e ainda os orientou a entregarem o controle da cidade. Mantendo a disciplina, os comunistas depuseram as armas. Indignado com as ordens de Moscou Peng Shuzhi denunciou a política de conciliação e colaboração de classes como contrarrevolucionária.⁶ Não obstante, estava preparado o cenário para o “massacre de Xangai”. Três semanas depois,

⁶ “Em 6 de março de 1927, Peng Shuzhi aponta, num artigo, que se desenvolve no seio do exército um compromisso com o inimigo e contra as massas: “Um grupo que quer parar o processo revolucionário para unificar todos os compradores, burocratas e grandes proprietários, assim como todos os inimigos da revolução, imperialistas e senhores da guerra, para golpear as massas operárias e camponesas”. (BROUÉ, 2007, p. 545).

entre 11 e 13 de abril, o mesmo Chiang Kai-shek ordenou o assassinato de centenas de membros do Partido Comunista e de operários:

A partir das quatro horas da manhã, na madrugada de 11 e 12 de abril de 1927, desenrola-se um ataque combinado (...) contra as sedes, as dependências sindicais, os clubes, o quartel-general das milícias, etc. Eles prendem em massa, notadamente, os responsáveis dos sindicatos, disparam sobre tudo o que resiste e abatem um monte de detidos. (...) Eis que chegou o tempo dos assassinos impunes. Milhares de comunistas e sindicalistas são abatidos sem julgamento, em Xangai, em Cantão e, finalmente, na China inteira. (BROUÉ, p.547-548).

A CRÍTICA DE TROTSKI E A DEFESA DA REVOLUÇÃO PERMANENTE

No final de março e em abril, ainda antes da tragédia de Xangai, Trotski escreveu várias vezes ao partido solicitando esclarecimentos e criticando a política conciliadora adotada na China. De acordo com suas análises um dos erros fundamentais dizia respeito à análise da natureza da burguesia em países coloniais ou semicoloniais. A concepção stalinista partiu do pressuposto de que a burguesia chinesa também era vítima do imperialismo e, por isso, estava disposta a lutar contra a opressão das potências capitalista que impediam o desenvolvimento autônomo e independente da indústria nacional, desempenhando assim, um papel progressista e revolucionário.

De acordo com Trotski (2010, p.223): “A teoria nova e absolutamente falsa promulgada por Stalin-Bukharin sobre o espírito revolucionário “inerente” da burguesia colonial é, em essência, a tradução do menchevismo para a língua da política chinesa”. Para os mencheviques a revolução de 1917 ainda não poderia caminhar para a lógica socialista, justamente porque o país ainda mantinha uma estrutura atrasada e um proletariado pouco numeroso. Essa foi a mesma lógica que a IC aplicou a Revolução Chinesa ao buscar limitar os seus objetivos à revolução democrática.

A análise de Stalin partiu do pressuposto de que a China ainda era um país feudal, com uma estrutura atrasada, um proletariado fraco e submisso aos ditames do imperialismo. Assim, menosprezou o desenvolvimento das relações mercantis em solo chinês. Trotski (2010, p.250) argumentou que “São as relações capitalistas que dominam, e não as “feudais” (mais corretamente, servis ou pré-capitalistas). Graças a essas relações capitalistas dominantes podemos falar seriamente da perspectiva da hegemonia proletária na revolução nacional”. Esta subestimação do capitalismo chinês proporcionou, por conseguinte, o não reconhecimento do papel que o

proletariado já desempenhava no processo produtivo e a sua capacidade política de organização, colocando-o a reboque das forças burguesas.

Assim, Trotski afirmou que a concepção etapista de Stalin se baseava na análise equivocada de que a China não reunia as condições objetivas e subjetivas para a Revolução Socialista. O Secretário Geral subestimava o desenvolvimento das relações capitalistas e do proletariado e hipervalorizava a capacidade revolucionária da burguesia. A acusação lançada contra a Oposição de que a teoria da “revolução permanente” subestimava o papel do campesinato só servia para encobrir a subestimação do proletariado pela IC:

Uma das principais, senão a principal, acusação lançada contra a Oposição foi que esta “subestimava” os camponeses. (...) Em todos os casos, a direção oficial se provou culpada por *subestimar o papel e o significado do proletariado em relação ao campesinato*. (...) Na China, a revolução foi perdida pela inabilidade em compreender o papel dirigente e decisivo do proletariado na revolução agrária. (TROTSKI, 2010, p. 262).

Trotski não negou que as tarefas a serem realizadas na China eram gigantescas e que realmente existia um baixo desenvolvimento técnico. O que ele propôs era que a revolução não se limitasse a primeira etapa, não se restringisse ao cumprimento das tarefas democráticas, pelo contrário, ela deveria se desenvolver de forma permanente, até alcançar as tarefas propriamente socialistas. Para tanto, somente a classe operária poderia desempenhar o papel de direção:

A China ainda tem de enfrentar uma luta vasta, amarga, sangrenta e prolongada por coisas elementares, como a liquidação das mais “asiáticas” formas de escravidão, emancipação nacional e unificação do país. Mas como o curso dos acontecimentos mostrou, é justamente isso que torna impossível no futuro uma liderança ou mesmo uma semi liderança pequeno-burguesa na revolução. (...) Essa tarefa só pode ser resolvida através de uma luta desesperada das massas oprimidas, famintas e perseguidas sob a liderança direta da vanguarda proletária – uma luta não apenas contra o imperialismo mundial, mas também contra seu agente político na China, contra a burguesia, inclusive a burguesia “nacional” e todos seus arroubos democráticos. (TROTSKI, 2010, p. 235-236).

Não obstante, Zinoviev e Kamenev, que não eram adeptos da teoria da “revolução permanente” também pensavam que a Revolução Chinesa deveria se restringir aos objetivos burgueses e anti-imperialistas. Quando ainda era a liderança da IC, Zinoviev havia aprovado o ingresso do PC Chinês no Kuomintang. Até alguns dos opositoristas mais próximos de Trotski, como Preobrazenski e Radek não acreditavam que a China poderia caminhar diretamente para uma revolução socialista sob a direção da classe operária e do Partido Comunista. Assim, a posição

de Trotski em favor das premissas da “revolução permanente” na China enfrentou resistência no interior da própria Oposição Unificada:

Mesmo os trotskistas mais importantes como Preobrazenski, Radek e também, ao que parece, Piatov e Rakovski, se surpreenderam quando Trotski aplicou o esquema da revolução permanente à China. Não julgavam que a ditadura do proletariado pudesse ser estabelecida e que o Partido Comunista pudesse tomar o poder num país socialmente mais atrasado do que a Rússia. (DEUTSCHER, 2005, p.388).

Stalin se defendeu teoricamente desqualificando a “revolução permanente”, reafirmando a velha acusação de que Trotski e seus partidários subestimavam o papel do campesinato e menosprezavam a revolução agrária, não compreendendo o caráter democrático-burguês da Revolução Chinesa: “O erro fundamental de Trotski (o que quer dizer também da oposição) está na subestimação da revolução agrária na China, na subestimação do caráter democrático-burguês desta revolução” (STALIN, 1927a). Ainda acusou Trotski de fazer uma política antibolchevique, pois não compreendia a lógica do processo revolucionário e queria “saltar etapas”, exigindo a formação de soviets prematuramente. Para Stalin, a revolução ainda estava em sua etapa burguesa e a tarefa de organização independente e autônoma dos trabalhadores só poderia entrar em pauta em um momento posterior. Ele argumenta:

É preciso primeiro permitir que o movimento agrário se desenvolva por toda a China, é preciso fortalecer o governo de Wuhan e apoiá-lo na luta contra o regime feudal-burocrático, é preciso ajudar o governo de Wuhan a conseguir a vitória sobre a contrarrevolução, é preciso desenvolver amplamente e por toda parte as uniões camponesas, os sindicatos operários e outras organizações revolucionárias, como bases para a criação dos Soviets no futuro, é preciso permitir que o Partido Comunista fortaleça sua influência entre o campesinato e no exército — e somente após isso é que se pode criar Soviets de deputados operários e camponeses como órgãos de luta pelo novo poder, como fatores do duplo poder, como fatores de preparação da passagem da revolução democrático-burguesa para a revolução proletária. (STALIN, 1927a).

Stalin também acusou os opositoristas de oportunismo. Insinuou que estavam apenas buscando uma nova polêmica para questionar a direção do partido. Afinal, a aliança com o Kuomintang havia sido firmada em 1924. A tática da revolução burguesa com os comunistas apoiando a burguesia anti-imperialista já vinha sendo desenvolvida há três anos. Ele questionou por que se manifestavam apenas agora? De fato, as críticas em torno da estratégia chinesa foram postas com bastante atraso. Por fim, mais uma vez, Stalin acusou a Oposição de atividade fracionista e os ameaçou de expulsão do partido.

Todas as manifestações de Trotski e dos opositoristas eram prontamente respondidas pela burocracia partidária. Todavia, as respostas vinham sempre na forma de ataques, acusações, desqualificações e deformações teóricas e políticas. Serge descreve muito bem o clima em que se desenvolvia o “debate” entre Stalin e a Oposição:

As teses da oposição nunca foram realmente respondidas. E aqueles que viveram esses momentos jamais esquecerão o pesadelo que foi: é indescritível a sensação opressiva de respirar o ar da mentira, ver falsificar todos os raciocínios, deformar o sentido de toda palavra pronunciada, assistir ao obscurecimento da consciência social. (SERGE, 1974, p. 1123).

Justamente enquanto Trotski e os opositoristas apresentavam suas críticas e buscavam uma revisão da política adotada na China, acontecia o “massacre de Xangai”. Se essa traição do Kuomintang parecia confirmar as críticas da Oposição, por sua vez, Stalin e Bukharin tentaram minimizar o massacre, tratando-o como um episódio isolado. Mesmo assim, foi preciso rever a aliança com Chiang Kai-shek e apresentar uma resposta rápida. A IC reorientou os comunistas chineses, instruindo-os para que se aproximassem do “Kuomintang de esquerda”. Stalin argumentou: “Somente os cegos podem negar ao Kuomintang de esquerda o papel de órgão da luta revolucionária, o papel de órgão de insurreição contra as sobrevivências feudais e o imperialismo na China”. (STALIN, 1927a).

O Kuomintang se caracterizava como uma frente ampla, reunindo diferentes tendências políticas e ideológicas sem um caráter de classe definido. Assim, aglutinava desde uma burguesia liberal até os comunistas. Por conseguinte, havia uma tendência mais à esquerda liderada por Wang Ching-wei que estava em conflito com a tendência mais à direita de Chiang Kai-shek. Para Stalin (1927a), essa tendência era o novo motor da revolução democrática-burguesa na China e os comunistas deveriam permanecer como seus aliados: “(...) o Kuomintang de esquerda representa para a atual revolução democrático-burguesa na China aproximadamente o mesmo papel que os Soviets representaram em 1905 para a revolução democrático-burguesa na Rússia”.

Trotski denunciou esta nova orientação como um engodo. Afinal, os comunistas permaneceriam presos ao Kuomintang, sem independência e com a liberdade de crítica cerceada. Para Trotski (2010, p. 225), esta política reafirmava os erros anteriores. Sua posição era para que o partido rompesse com o Kuomintang de direita ou de esquerda e atuasse como um partido independente, lançando uma

política mais agressiva, organizando os operários e camponeses em conselhos autônomos. Esta era a orientação que Trotski almejava para o sul da China, região que não estava sob o controle de Chiang Kai-shek e onde o movimento revolucionário ainda podia se organizar. Mas até mesmo entre os opositoristas estas orientações não tinham consenso. Zinoviev não julgava correto o rompimento definitivo com o Kuomintang e reafirmava o caráter burguês da revolução. Essa divisão no seio da própria Oposição fortalecia as posições stalinistas.

Por todos os meios, Stalin evitou o debate e a polêmica se restringiu a alta cúpula do partido. Em fins de maio, Trotski apelou para a Internacional. Como membro do partido russo, ele tinha o direito de apresentar uma queixa à organização. Assim, ele levou a questão à IC. Foi acusado de deslealdade e de quebra da disciplina, mas em 24 de maio conseguiu a palavra em uma sessão da Executiva da Internacional.

Tentando demonstrar o fortalecimento da Oposição, eles apresentaram um documento assinado por 84 membros do partido que declaravam solidariedade às críticas apresentadas. Em seu discurso, ele denunciou as manobras de Stalin para barrar o debate e esconder a ofensiva do Kuomintang contra os comunistas e solicitou uma mudança estratégica urgente, buscando independência e liberdade de crítica para os comunistas chineses. Mesmo apelando para o exterior, Trotski não conseguiu apoio suficiente. Os simpatizantes da Oposição já haviam sido silenciados, afastados ou expulsos.

As previsões opositoristas não tardaram a se confirmar. Durante os meses de junho e julho as tendências de esquerda e de direita do Kuomintang voltaram a se aproximar. Com esta reconciliação o cenário mais uma vez se complicou para os comunistas que passaram a ser perseguidos também pela dita ala esquerda. Somente após essa nova traição, Stalin (1927b) aconselhou os comunistas a romperem com a aliança. Mas na realidade já não havia qualquer acordo para ser quebrado, pois a própria burguesia já havia expulsado os comunistas.

Após se evidenciar o fracasso completo da política de conciliação, Stalin preparou uma verdadeira guinada ultra-esquerdista. Justamente quando a revolução já estava em seu refluxo e os movimentos dos trabalhadores e camponeses enfraquecidos pela repressão, Stalin lançou uma política agressiva. De acordo com as orientações da IC, as forças revolucionárias da burguesia haviam finalmente se esgotado e passado para a contrarrevolução. Havia chegado então, o momento da

classe operária preparar a insurreição armada. Orientou-se os comunistas a organizarem soviets em Cantão, pois era chegado o momento de tomar o poder. Sobre essa questão, Chan (2009) esclarece:

Stalin havia argumentado que os soviets só deveriam ser criados no último momento, como os meios da organização da insurreição e, principalmente não antes do estágio “democrático” ter sido completado. Mas como Trotski ainda insistia, os soviets eram, na realidade, os meios para trazer amplas camadas do povo trabalhador para a luta política. Eles não podiam ser impostos de cima, mas emergiam da base do movimento revolucionário.

A insurreição suicida de Cantão, convocada em plena derrocada do movimento revolucionário, teve a função apenas de fornecer um álibi, um argumento contra os “oposicionistas”, evidenciando que a IC não renunciou ao levante operário armado. “Stalin buscou salvar sua reputação mudando de posição repentinamente, saindo do oportunismo e caminhando ao seu lado oposto – o aventurismo” (CHAN, 2009). O *putsch* ocorreu em dezembro de 1927 e ficou conhecido como “levante de Cantão”. A data foi escolhida para coincidir com a abertura do XV Congresso do Partido Bolchevique. Não obstante, o resultado da virada ultra-esquerdista foi o massacre dos trabalhadores e dos comunistas: “Um destacamento do proletariado foi arrastado a uma luta que não tinha nenhuma perspectiva, que permitiu ao inimigo aniquilar mais facilmente a vanguarda da classe operária”. (TROTSKI, 2010, p. 281). Esta derrota marcou o fim da Revolução Chinesa, uma vez que as organizações dos trabalhadores urbanos foram esmagadas pela repressão do Kuomintang que durou vários anos.⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tática aplicada à China foi muito além da questão teórica em torno de esquemas revolucionários e leituras de conjunturas. Na realidade a tragédia chinesa não tem sua origem de um erro teórico, mas do interesse de Stalin e seus aliados burocratas em impedir que novas revoluções perturbassem o equilíbrio que tinham alcançado: “Stalin e Bukharin achavam que tinham o direito de sacrificar a Revolução Chinesa em favor do que consideravam como o interesse da consolidação da União Soviética” (DEUTSCHER, 2005, p. 384). Para a burocracia, o

⁷ “De abril até dezembro de 1927, foram executados aproximadamente 38.000, e 32.000 foram presos como prisioneiros políticos. De janeiro até agosto de 1928, mais de 27.000 foram sentenciados à morte. Em 1930, o PCC estimou que 140.000 foram assassinados ou morreram em prisões. Em 1931, 38.000 foram executados como inimigos políticos”. (CHAN, 2009).

triunfo de uma nova revolução poderia inflamar o discurso anticomunista e promover uma nova cruzada contra o Estado Soviético. Impedir que novas revoluções surgissem era necessário para evitar que as potências capitalistas se voltassem contra a Rússia soviética, ameaçando a coexistência pacífica. A tragédia chinesa se transformou no principal exemplo desta política contrarrevolucionária. “Stalin não somente não gosta da revolução, mas desde muito tempo mostrou que tinha medo dela: não acredita que ela seja um fator de progresso na causa que ele defende” (BROUÉ, 2007, p. 552).

Entre o V e o VI Congresso da Internacional, a política adotada na China foi determinada como a linha a ser aplicada em outros países que se enquadrassem como coloniais e semicoloniais. O Kuomintang chinês foi aplicado em outras regiões no oriente, no norte da África e na América Latina. Essa designação estabelecia uma aliança entre operários, camponeses e pequena-burguesia, constituindo uma frente ampla. A versão brasileira do Kuomintang foi chamada de “Bloco Operário e Camponês” e constituía uma espécie de partido nacional-revolucionário anti-imperialista.

REFERÊNCIAS

BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista*. Tomo I. São Paulo: Sundermann, 2007.

CHAN, John. *A tragédia da revolução chinesa de 1925-1927*. 2009. Disponível em: <<https://www.wsws.org/pt/2009/feb2009/ptc2-f07.shtml>>. Acesso em 25 dez. 2016.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky: o profeta desarmado, 1921-1929*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2005.

SERGE, Victor. A luta pela liderança. In: *História do século 20 (1919/1934)*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p.1121-1124.

STALIN, J. *Sobre as tarefas políticas da Universidade dos Povos do Oriente*. 1925. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/stalin/1925/05/18.htm>> Acesso em 27 dez. 2016.

_____. *Sobre as perspectivas da Revolução Chinesa*. 1926. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/stalin/1926/11/30.htm>>. Acesso em 27/12/2016.

_____. *A Revolução Chinesa e as tarefas da Internacional Comunista*. 1927a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1927/05/24.htm>. Acesso em 27/12/2016.

_____. *Comentários sobre temas atuais*. 1927b. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1927/07/28.htm>. Acesso em 27/12/2016.

_____. *Sobre o problema da China*. 1927c. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1927/08/01.htm>. Acesso em 27/12/2016.

TROTSKI. *Stalin: O grande organizador de derrotas*. A III Internacional depois de Lenin. São Paulo: Sundermann, 2010.

Recebido em: 17/04/2019

Aprovado em: 04/06/2019